

ATA DA 115ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 2022
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MOACIR SOPELSA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Milton Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Sargento Lima - Sergio Motta - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Kennedy Nunes
Deputado Ricardo Alba

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura das atas das sessões anteriores para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Ao fazer o seu discurso pede a quem acompanha a sessão para compartilhar o tema abordado devido a uma informação recebida, e desde já pede a Deus que a mesma seja mentirosa, de que o STF estaria chamando o Comando-Geral da Polícia Militar de cada Estado para conversar. Argumenta que é sempre bom um amigo lembrar quem você é antes de se deparar com uma situação nova.

Reitera que os Comandantes-Gerais de Polícia estão nesses postos, além de ser pela competência, mas, principalmente, por indicação política, bem como que recordem de outro lema de quartel da Polícia Militar - "Os governos passam, a polícia fica". Comenta que o Patrono da Polícia Militar

foi o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, não o Joaquim Silvério dos Reis, ao solicitar que pensem nisso, se realmente ocorrer tal reunião com o STF. Em tempo, afirma que as polícias são forças auxiliares das Forças Armadas, conforme consta na Constituição do Brasil. Destaca que os Comandantes voltarão para os seus Estados, para a sociedade, para os pagadores de impostos, para o povo - que são os detentores de título de eleitor, o que considera a arma mais poderosa hoje no Brasil, salientando que para mudar o destino de uma Nação não precisa armas, mas somente o resultado de uma eleição.

Faz uma retrospectiva da data 31 de outubro de 2022, quando o STF chamou a Polícia Rodoviária Federal para conversar - e não se falou sobre mortes no trânsito das rodovias federais e outras questões pertinentes à segurança do cidadão - mas, simplesmente para coibir o que estão chamando de "atos antidemocráticos". Pontua que tais atos não têm esse viés, afirmando que são atos democráticos e abarcados pela Constituição. Na sequência, fala que no dia 8 de novembro foram chamados os Procuradores de cada um de seus Estados para identificar pessoas, entidades, homens públicos, empresários que estariam envolvidos em supostas ações antidemocráticas, e não para questionar sobre as inúmeras operações deflagradas que envolvem servidores públicos, entes políticos - e que por erros processuais, os quais considera erros infantis porque acabam dando em nada; ou ainda, perguntar sobre a violência doméstica, que entende ser um flagelo no Estado catarinense. Encerra afirmando: A história perdoa todo o tipo de erro, mas ela não perdoa traição! *[Taquígrafa: Sílvia]*

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Presidente) - Passa a Presidência ao Deputado Ricardo Alba para que possa fazer uso da palavra.

DEPUTADO RICARDO ALBA (Presidente) - Concede a palavra ao Deputado Kennedy Nunes por até dez minutos.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador) - Relembra o episódio em que um fotógrafo, durante o processo

de *impeachment* do Governador Carlos Moisés, captou uma conversa via celular do Deputado com a sua filha em que figurava com destaque a expressão "máfia da toga". Na época não imaginaria que seria uma palavra profética para 2022. Salaria que estamos vivendo e sofrendo hoje é a "ditadura da toga". Alega que os ministros esqueceram para o que foram nomeados "guardar a Constituição". Lembra o sacrilégio da frase que a Ministra Cármen Lúcia cometeu quando da votação pela censura à Rádio Jovem Pan, falando assim: "Vamos suspender a Constituição." Salaria que só isso já seria motivo de *impeachment* da Ministra, porque esta foi nomeada para resguardar e guardar a Constituição. Critica a fala da Ministra que afirma que estamos vivendo uma exceção. Questiona qual seria essa exceção e que talvez fosse a falta de tratamento isonômico do Tribunal que deveria ser julgador e passou a ser uma banca de advogados de uma candidatura. Fala que primeiro censuraram a Jovem Pan, depois jornalistas, agora veio a censura aos parlamentares. Informa que semana passada teve as contas das redes sociais totalmente escondidas para quem mora no Brasil. Ressalta que não teve notificação, que do nada, de repente, de uma hora para outra a sua conta sumiu, e que já fez inúmeras reclamações à Meta e eles sequer responderam. [Taquígrafa: Rubia]

DEPUTADO IVAN NAATZ (Orador) - Dirige a sua fala ao Ministério Público de Santa Catarina sobre o que chama de vergonha e roubalheira a TPA de Bombinhas. Diz ser inacreditável que uma prefeitura obrigue as pessoas a pagar uma taxa para acessarem a cidade.

Posiciona-se como advogado e reconhece que o STF declarou legitimidade do pedágio, porém reforça que o Tribunal determinou que os valores recebidos na TPA devessem ser aplicados em projetos ambientais, mas desde 2014 o município arrecada e não aplica nada. Fala que no próprio site da TPA descreve onde serão investidos os recursos arrecadados, como: compra de lixeiras, limpeza de orlas e manutenção de vias. Questiona

onde está o Ministério Público, pois segundo o acordo, para esses serviços a taxa não deveria ser cobrada, sendo o dever da própria prefeitura zelar por essas manutenções.

Faz denúncias de que existam vínculos que agentes públicos estão enriquecendo à custa da TPA e que a própria empresa tem ligações diretas com a política do município. Discorre sobre os erros tributários que acontecem na cobrança da TPA em Bombinhas fazendo comparações com outros Estados, onde a taxa é cobrada por CPF e não pela placa do veículo. Cobra uma investigação do Ministério Público sobre todas as denúncias que fez e espera que as instituições tomem providências sobre o fato. *[Taquiografia: Guilherme]*

DEPUTADO RICARDO ALBA (Presidente) - Repassa a Presidência para o Deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Presidente) - Comenta com o Deputado Ivan Naatz sobre a proibição que ele recebeu da justiça para não falar sobre o assunto - cobrança da taxa - mas, que o mesmo conseguiu derrubar. Salienta que isso é a censura! *[Taquígrafa: Rubia]*

Partidos Políticos

Partido: PL

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Diz que ao término da sessão irá se deslocar para frente do quartel onde tem estado desde o término das eleições, afirma que estamos vivendo o momento mais obscuro da democracia. Discorre sobre a liberdade e a garantia que a Constituição garante a todos os cidadãos brasileiros de realizar manifestações pacíficas e democráticas. Fala que não são criminosos nas manifestações e sim pessoas de bem, crianças, idosos, pais de família que estão lutando por um Brasil melhor. Ressalta que só teme a morte eterna.

Faz críticas ao vídeo que mostra um Ministro do STF - juiz de última instância - que não soube responder se no Brasil o crime compensa, e mostra-

se indignado. Alega que bandido já foi comprovado que compensa, porque caprichando bem chega à Presidência da República. Expressa a sua fé e confiança em Deus, dizendo que a sua missão é lutar contra o *establishment*, é para isso que está no Parlamento catarinense. [Taquiografia: Guilherme]

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Presidente) - Menciona que faz das palavras do Deputado Sargento Lima as suas também. [Taquígrafa: Sílvia]

Partido: PSD

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (Orador) - Comenta sobre a sessão especial, ocorrida no dia 14 de novembro, celebrando os 40 Anos do Conselho Estadual de Entorpecentes - CONEN. Lembra que este conselho é deliberativo, consultivo e trata de fiscalizar comunidades terapêuticas. Elogia o trabalho dos 22 conselheiros, voluntários, que se dedicam para elaborar políticas sobre drogas em Santa Catarina. Destaca elogios ao co-fundador do CONEN, Doutor Jairo Brincas, e também ao atual presidente do conselho, Doutor Fernando Henrique da Silveira. [Taquiografia: Northon]

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, suspende a sessão até às 16h.

Está suspensa a sessão.

(Pausa)

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Presidente) - Reabre a sessão e passa à Ordem do Dia.

Ordem do Dia

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0302/2022, de autoria do Deputado Jaksom Natal Castelli, que altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina",

para o fim de declarar de utilidade pública estadual a Rede Feminina de Combate ao Câncer, de Quilombo.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0323/2022, de autoria da Mesa, que cria o Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina e dispõe sobre a instituição de datas e eventos alusivos.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0328/2022, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que revoga o item 308 do Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para excluir do rol das entidades declaradas de utilidade pública estadual o Instituto Sócio Ambiental Adelina Clara Hess de Souza.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Neste momento, faz consulta os srs. Líderes da possibilidade de votar, extrapauta, o Projeto de Lei n. 0322, de autoria da Mesa. Esclarece ainda que o projeto tem ligação ao PL n. 0323, que foi aprovado anteriormente, por este motivo solicita a votação extrapauta.

(Os srs. líderes aquiescem.)

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0322/2022, de autoria da Mesa, que consolida as Leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado. *[Taquiografia: Milyane]*

Neste momento, a Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, às 16h07, dando sequência à pauta da Ordem do Dia.

Está encerrada a sessão. (Ata sem revisão dos oradores.)

[Revisão: Taquígrafa Rubia]

[Leitura final: Taquígrafa Sílvia]